



## Karl-Otto Apel e o novo Transcendental: Um Esboço

**Elnora Gondim**

### Resumo

Apel recebe influências tanto de Kant quanto da filosofia analítica, do pragmatismo e da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Aspectos fundamentais em Apel: críticas ao positivismo lógico e ao jovem Wittgenstein; a constituição de uma filosofia transcendental; a influência de Peirce. A questão fundamental que Apel se coloca é: pode haver uma fundamentação última filosófica que, ao mesmo tempo, seja não-metafísica? Para respondê-la, Apel critica a concepção tradicional de metafísica ontológica. No entanto, para ele, há a necessidade e a urgência de uma fundamentação última.

### Palavras-chave

Apel, Kant, transcendental.

### 1. Visão geral

Karl-Otto Apel é um dos críticos mais influentes do positivismo por considerá-lo redutor da razão. Apel elaborou trabalhos sobre a ética da discussão e é um dos transformadores da filosofia prática.

O trabalho de Apel recebe influências tanto da filosofia analítica quanto do pragmatismo e da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Quanto à escola de Frankfurt, esta surgiu em 1923 com a iniciativa de um grupo de pensadores alemães em 1923. Estes pensadores tinham como objetivo analisar criticamente a sociedade em todos os seus aspectos a partir de uma perspectiva marxista renovada. Os principais membros da Escola de Frankfurt foram Walter Benjamin (1892-1940); Max Horkheimer (1895-1973); Herbert Marcuse (1898-1979) e Theodor W. Adorno (1903-1969). E, em uma segunda geração de teóricos, faziam parte Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas.

Em se tratando de Walter Benjamin, com ele um dos conceitos fundamentais da Escola de Frankfurt foi elaborado: a crença de que a obra de arte se transformou em um modo de propaganda ideológico. Assim sendo, com a grande massa, o grande público, o proletariado crescendo, houve a necessidade, por parte de políticas totalitaristas, de se fazer o uso político da obra de arte. O exame pertinente à massificação elaborada por Walter Benjamin foi utilizada por Adorno e Horkheimer em relação à crítica a indústria cultural cuja decorrência é a atomização do indivíduo, isto é, a fragmentação do homem, a pulverização do ser. Assim, a indústria cultural sem nenhuma pretensão à qualidade e, somente, enfatizando o consumo cria o indivíduo isolado.

Em 1968 começa a surgir a nova geração de pensadores políticos em Frankfurt. Karl-Otto Apel faz parte dela e é muito influenciado, principalmente, pelas idéias de Adorno e de sua preocupação com a atomização do indivíduo, fato constatado advindo da modernidade. Em 1973, Apel publicou o artigo *O a priori da comunidade de comunicação* – incluído, depois, em seu livro *Transformação da Filosofia*. Neste Apel constatou que a fundamentação das ciências e das éticas, que se baseava no método solipsista da modernidade, encerrava problemas; essa isolava

o sujeito do objeto gerando, assim, também, uma atomização. Então, com esta constatação, ele e Habermas operaram a guinada pragmática da argumentação fazendo surgir a segunda geração de Frankfurt. Assim, tanto Habermas quanto Apel, elaboraram um novo conceito de racionalidade baseado na linguagem, no discurso intersubjetivo. Este não mais sendo considerado como algo baseado, somente, em aspectos sintáticos e semânticos.

Podem-se identificar, no pensamento de Apel, alguns aspectos fundamentais:

1. críticas ao positivismo lógico e ao jovem Wittgenstein;
2. a constituição de uma filosofia transcendental;
3. a influência de Peirce.

Quanto ao 1º aspecto, vê-se que a filosofia de Apel tem como objetivo precípua a passagem do tipo de filosofia que se centra no sujeito e na consciência, isto é, o solipsismo metódico, para aquela do tipo transcendental tendo como influências a filosofia da linguagem de Wittgenstein e a filosofia de Peirce.

Nesta perspectiva, Apel afirma a possibilidade de uma transformação da filosofia dando nova versão à questão da filosofia primeira tradicional que se inspira na filosofia da consciência do tipo cartesiana e na filosofia do positivismo lógico; para tanto, ele parte de uma influência da filosofia kantiana, embora lhe dando uma versão relativa ao discurso racional humano pressupondo um consenso possível.

Quanto ao 2º aspecto, pode ser denominado de pragmática transcendental; aquele aspecto que aponta uma estrutura *a priori* para o discurso, transcendendo, assim, as teorias que se centram na relação entre o objeto e o sujeito. Neste ponto constata-se uma crítica ao positivismo lógico, ao solipsismo metódico herdado da ciência moderna, que vai ter como decorrência a ética do discurso apeliana, onde nesta há uma re-transcendentalização da filosofia.

Assim sendo, o aspecto transcendental da filosofia apeliana pressupõe a validade intersubjetiva de normas morais.

Uma norma moral básica, intersubjectivamente válida, é pré-condição de possibilidade de qualquer discurso se a existência de uma linguagem privada for impossível. Assim se dissolve o solipsismo: supondo uma comunidade de comunicação em que todos reconhecem participar na discussão em curso, fórmula que liga a ética às estruturas profundas da racionalidade humana. Parte-se assim do *a priori* da argumentação para a constituição de uma Pragmática Transcendental que possa estabelecer as condições gerais de todo o pensamento e discurso. A Ética Comunicacional, que é um neokantismo transformado, esboça os princípios gerais de pertença e comportamento no seio da comunidade de comunicação, como o de que todo o sujeito que participa na discussão reconhece implicitamente as pretensões dos restantes membros.<sup>1</sup>

A ética da discussão de Apel tem a pretensão à verdade intersubjectivamente válida das proposições, são elas: (i) a pretensão à exatidão normativa; (ii) a pretensão à veracidade ou à sinceridade das expressões de intenção subjetiva. Estas são pretensões universais e necessárias à validade do discurso (*logos*), as quais não se podem contestá-las sem cair numa auto-contradição pragmática, isto é, elas são pragmático-transcendentais.

O discurso pragmático-transcendental é relacionado ao mundo objetivo, ao mundo comum e ao mundo subjetivo, por este motivo às pretensões acima citadas são de validade universal, sendo este, então, o sentido de transcendental aplicado à fundamentação: não se pode refutar qualquer uma destas pretensões.

Quanto ao 3º aspecto, vê-se que a filosofia de Peirce modifica a filosofia transcendental de Kant, passando a idéia de consciência da filosofia kantiana para

---

<sup>1</sup> Anabela GRADIM, Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce, <http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/>

aquela de intersubjetividade. Aqui cumpre ressaltar que da influência de Peirce advém da noção de uma pragmática transcendental que tem como objetivo último uma fundamentação transcendental da ética e do conhecimento. Então, desta forma, Apel transcende o solipsismo metódico unindo as noções da hermenêutica, a filosofia de Peirce e o último Wittgenstein, substituindo a apercepção transcendental kantiana pela comunidade de comunicação. Esta pode ser definida como:

*Uma comunidade de limites indefinidos implica depois que se postule um Jogo de Linguagem Transcendental – o filosófico – composto por regras a priori sobre o significado e validade das ações e conhecimento, entrevista na comunidade de comunicação ideal, e funcionando como princípio regulador que é necessário pressupor. Do contraste entre comunidade de comunicação ideal e real nasce depois a possibilidade de progresso prático e moral, que é gerado no decurso da tentativa de transpor a distância entre as duas.<sup>2</sup>*

Assim, com isto, ele opera uma mudança na teoria do conhecimento, enfatizando o falibilismo, isto é, a doutrina filosófica segundo a qual não podemos ter a certeza absoluta de qualquer forma de conhecimento. O falibilista não é cético nem incide em um relativismo radical (segundo o qual qualquer forma de conhecimento é válida). Para o falibilista, algumas formas de conhecimento são mais válidas que outras, no entanto, embora isto, não se tem certeza absoluta delas.

## 2. Karl-Otto Apel e a nova filosofia

A questão fundamental que Apel se coloca é: pode haver uma fundamentação última filosófica que, ao mesmo tempo, seja não-metafísica? E ele afirma:

Não deve ser abandonada com a metafísica tradicional ao mesmo tempo a idéia de uma fundamentação filosófica última tanto na filosofia teórica quanto também na filosofia prática? Esta última hipótese é efetivamente partilhada pela maioria dos representantes de uma filosofia pós-metafísica ou mais radicalmente, de um pensamento pós-metafísico que talvez tenha que ser também pós-filosófico. (...) Atribui-se a mim, portanto, a posição que hoje já parece quase paradoxal; a de defender ao mesmo tempo uma filosofia pós-metafísica e a possibilidade, respectivamente, da necessidade de uma fundamentação última.<sup>3</sup>

Continuando, Apel exprime a sua tese:

*Justamente por causa da fundamentação última necessitamos de uma filosofia pós-metafísica; pois nisto precisamente consiste, segundo penso, a falta capital da metafísica- falta que ela partilha com o pensamento mítico: que ela somente é capaz de sugerir sempre apenas uma fundamentação última de caráter dogmático - em sua estrutura, aproximadamente algo como a doutrina de Deus como causa sui ou também como o mito hindu que narra que o mundo é sustentado por um elefante e este, por sua vez, por uma tartaruga, interrompendo-se então a narrativa.<sup>4</sup>*

<sup>2</sup>Anabela GRADIM, Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce, <http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/>

<sup>3</sup>APEL, Fundamentação última não-metafísica. IN: Ernildo STEIN&Luis A. de BONI. Festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 305.

<sup>4</sup>Ibidem, p. 306

Para responder tal fim, Apel compartilha com a opinião dos popperianos segundo a qual diz que a metafísica é sempre associada á idéia da fundamentação última, significando, assim, que ela:

*É presa inevitável do chamado trilema münchhausiano da fundamentação última; quer dizer, ou (1) ela leva a um regresso ao infinito; ou (2) ela leva ao círculo lógico em que aquilo que deve ser fundamentado já é utilizado na própria argumentação; ou (3) ela se vê levada a interromper dogmaticamente o regresso fundacional, declarando como evidente e intuitivo uma assim chamada razão última- por exemplo Deus como causa sui ou ens a se.<sup>5</sup>*

Sendo assim, Apel, também, critica a concepção tradicional de metafísica ontológica sem descartar a necessidade e a urgência de uma fundamentação última. Segundo ele:

*O fato de uma falsificação de uma teoria não é espontâneo como, por exemplo, a extinção de uma espécie, mas ela deve ser primeiro aceita por nós como tal com base em argumentos, portanto, fundamentações. Em síntese, mostra-se que também é justamente uma teoria de pesquisa que concebe a esta como continuação da evolução por outros meios, deve ser não apenas descritiva, mas, no mínimo, também normativa (metodologicamente relevante).<sup>6</sup>*

E Apel pergunta:

*Será que tudo que já conhecemos, compreendemos e temos que pressupor, pode ser remetido, para compreendermos o pôr em discussão, o examinar, o criticar e o eventual falsificar de hipóteses, em princípio, novamente hipóteses falsificáveis de tal modo que não podemos pressupor nada como a priori evidente?<sup>7</sup>*

Então, Apel se inspira no segundo Wittgenstein e em Peirce para responder tal questão:

*Para não dar uma resposta rápida gostaria de aduzir primeiro um argumento inspirado no Wittgenstein tardio e no início da obra de Peirce que refuta apenas aparentemente o princípio do falibilismo sem limites. O teor do argumento é o seguinte: toda a dúvida concreta, que serve para pôr em questão uma teoria científica, deve ela mesma pretender evidências paradigmáticas – isto é, evidências que fazem parte do jogo da linguagem e possibilitam o seu funcionamento. Por isto – esta a primeira consequência – uma dúvida universal ou princípios sem limites do falibilismo não pode ter um sentido relevante.<sup>8</sup>*

Nesta perspectiva, Apel argumenta que o seu empenho em mostrar a necessidade de uma fundamentação última está, intimamente, relacionado com a possibilidade da mesma. A indagação da possibilidade da fundamentação última, por

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>6</sup> Ibidem, 310.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 310.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 311.

sua vez, está relacionada com a questão de cunho transcendental que pergunta pelas condições necessárias de validade como, também:

*Pergunta-se, pois, neste sentido, por exemplo, pelas necessárias condições de possibilidades do princípio do falibilismo e se topa, no empenho de responder a questão, com a com a pressuposição do princípio de discurso como condição do sentido para o (próprio) uso do conceito de falibilismo e, além disto, com o caráter indiscutível das pressuposições de existência e de regras do discurso argumentativo. O critério para a incontestabilidade das pressuposições da argumentação caracterizadas como de fundamentação última reside então, em última análise, na autocontradição pragmática ou performativa que apareceria no caso de contestação, assim, por exemplo, se alguém quisesse afirmar: Eu contesto com argumentos que eu esteja argumentando e que assim deva reconhecer como incontestáveis as pressuposições de existências e de regras do argumentar válido.<sup>9</sup>*

Em outras palavras, perguntar sobre as condições de validade do conhecimento e da moral não significa dizer que estas estão centradas em um sujeito transcendental, mas elas estão situadas nas condições do próprio discurso onde a linguagem obriga aos indivíduos a um acordo mútuo intersubjetivo sobre as normas sociais. O discurso só acontece por estrita auto-reflexão; por um metadiscurso, por uma análise que parte do discurso e se volta sobre ele mesmo. Assim, a fundamentação última da ética do discurso tem como origem a reflexão sobre as pressuposições da argumentação, isto não se pode refutar, pois se assim o fizer se comete uma autocontradição performativa; ou seja, incorre-se numa contradição entre o que se pensa e o que se diz. Como decorrência disto constata-se que o discurso é intransponível e incontestável; este é o caráter transcendental da linguagem. Assim, estas condições transcendentais apontam para as características de que elas não podem ser negadas sem caírem em contradição performativa.

Nesta perspectiva, Apel não aceita o falibilismo radical, porquanto o falibilismo é conduzido por um limite máximo de ação e de discurso além do qual ele não pode ir: uma fundamentação última, isto é, ele próprio pressupõe certas regras como condição de possibilidade para si.

Aqui cumpre ressaltar que o método da fundamentação última apeliana já se encontrava na filosofia transcendental kantiana. No entanto, Apel complementa afirmando que:

*Eu, porém não somaria tudo isso- sobretudo o ponto de partida filosófico transcendental na filosofia – ao paradigma da metafísica, mas à tentativa já inaugurada a muito, de sua superação através de reflexão sobre as condições de possibilidade da validade intersubjetiva. Na modernidade esta tendência crítica de reflexão produziu primeiro o paradigma da filosofia transcendental da consciência ou do sujeito (de Descartes, passando por Kant, até Husserl) Finalmente- em nosso século – este paradigma passou pela transformação pragmática- lingüística no sentido de reflexão sobre as condições de validade intersubjetiva da argumentação.<sup>10</sup>*

Assim sendo, desde o segundo Wittgenstein não se pode pensar em um sujeito solitário, porquanto este tem como característica a intersubjetividade; isto ocorre por causa da dependência que ele tem em relação à linguagem e:

<sup>9</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 321.

*O fato de eu poder ver com a evidência da intuição categorial que as indispensáveis evidências da experiência – por exemplo, as experiências da percepção, mas inteiramente as evidências categoriais como, por exemplo, de ergo cogito, ergo sum, - já são evidências interpretadas lingüisticamente e que somente a síntese última possível da interpretação capaz de consenso e não já a síntese de minha apercepção pode garantir verdade tal qual validade intersubjetiva. Do mesmo modo, é menos ainda uma unidade de consciência que me diz que não posso interromper arbitrariamente o discurso sobre pretensões de correção moral.*<sup>11</sup>

Apel, reflexivamente, transforma a noção kantiana da apercepção transcendental; a unidade da consciência do objeto, pela transcendentalidade lingüística compreendida como consenso relativo a algo que se faz presente na comunidade de comunicação, onde esta teria um caráter público. Desta forma, ele substitui a uma metafísica do “eu penso” pela ontologia transcendental.

Em virtude disto, a filosofia apeleneana critica os que não acreditam em uma fundamentação última:

*Parece-me, contudo, que justamente a tentativa de considerar tudo como contingente – também a própria pretensão da razão- imitando, desse modo, a dívida de reflexão das ciências empíricas, não apenas leva a autocontradição performativa, mas também, além disto, a uma postura básica de uma metafísica dogmática. Pois, enquanto o filósofo aparentemente de modo crítico tudo reduz- também uma pretensão da razão- a causas contingentes- ou então ao destino do ser como origem de toda a contingência, ele assume um ponto de vista quase divino desde o qual acredita-se poder pensar o mundo como totalidade limitada em sua contingência, sem perguntar pelas condições de validade desse pensamento.*<sup>12</sup>

Nesta perspectiva, Apel, critica toda a forma de relativismo, principalmente os neopragmáticos. Aqueles que reduzem tudo à contingência da temporalidade da presença, aqueles que têm na pragmática da linguagem seu limite e aqueles que acreditam que a contingência é o critério da referência última. Portanto, embora faça uma crítica ao neopragmatismo, Apel chama de pragmática transcendental o assimilar da crítica relativista (de todos os tipos) buscando as condições de possibilidade da operação racional. Assim, as formas de vida e os jogos de linguagem de que falam os wittgensteinianos como crítica pragmática afirmando que os significados das palavras são relativos ao meio político-social que utiliza essas palavras, isto é importante e significa uma refutação da metafísica como critério da verdade para este passar a ser relativo aos aspectos da política e da contingência histórica. No entanto, não se pode enfatizar, somente, a *doxa* sobre a *episteme*. Se assim o for, isto tem o sentido da morte do pensamento, e é uma ilusão achar que o homem pode sobreviver à morte do pensamento. Este, para Apel, é um problema crucial, porquanto os relativistas contemporâneos, principalmente os pragmáticos, não percebem que o valor de sua descoberta está na crítica que ela faz do solipsismo da teoria do conhecimento moderno de Descartes, Kant, Husserl; todos erraram quando pensaram que era um tipo de “eu penso” solitário que poderia gerar uma racionalidade fundante para qualquer ciência.

Desta forma, Apel propõe abandonar o “eu penso” pelo “eu argumento”. E no plano moral ainda é mais evidente tal fato: a moral, em sua essência, não trata da

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 322.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 324.

realidade individual e solitária de um homem. Então, pressupondo isto, a razão está concretamente presente na linguagem. Existem condições de possibilidade universais que sustentam qualquer argumentação séria possível sem as quais o argumentador cai em autocontradição performativa. A filosofia transcendental é que deve lançar luz sobre essa questão.<sup>13</sup>

E deste modo, Apel explicita o seu transcendentalismo afirmando que:

*O jogo da linguagem transcendental postulado há pouco com Wittgenstein e contra Wittgenstein caracteriza, a meu ver, a concepção fundamental a qual se pode recorrer como pressuposto último da filosofia lingüístico-analítica e da crítica à metafísica, por um lado e como base de uma transformação atual da filosofia transcendental clássica, ocorrida sob o signo da linguagem, por outro.*<sup>14</sup>

No entanto, embora Apel tenha uma forte influência do segundo Wittgenstein, quanto à mudança da síntese transcendental da apercepção kantiana para a síntese transcendental da interpretação mediatizada pela linguagem, ele supera alguns aspectos da filosofia wittgensteiniana como: a superação da contingência dos jogos de linguagem por uma transcendentalidade dos mesmos.

O motivo disto reside naquilo que a filosofia apeliana chama de *a priori* da comunidade ideal de comunicação a qual esta pressupõe a comunidade real, porquanto aquela é a essência do jogo de linguagem transcendental. Assim sendo, com a constatação de uma comunidade ideal e uma comunidade real, isto gera uma contradição dialética; de um lado, a mediação dialética reside na pressuposição ideal e normativa dos jogos de linguagem e tem dois aspectos: ela é postulada em cada argumento e, por outro lado, precisa ser realizada em uma sociedade historicamente dada. Assim sendo:

*Quem argumenta pressupõe a comunidade ideal ( antecipada contrafactualmente em toda a argumentação com sentido) na comunicação real, embora saiba que a comunidade real (que nasce de modo contingente e constitui a sua comunidade histórica) está muito longe de se equiparar à comunidade ideal de comunicação. Nada de empírico jamais poderá corresponder plenamente a essa comunidade, que é apenas uma idéia regulativa. Porém, ela nos mostra a tensão insuprimível entre os consensos possíveis de fato no tempo e o consenso ideal (...) apel sustenta a necessidade de se supor sempre o ideal argumentativo, uma vez que ele está presente em todo o uso com sentido de linguagem.*<sup>15</sup>

Enfim, afirma-se quanto ao transcendentalismo apeliano que quando se substitui a pergunta platônica “o que é?” pela pergunta quanto ao uso da palavra, pode-se chegar a dissolução do problema ocasionado pelos termos filosóficos sobre essência, idéia, conceito e significado através da seguinte afirmação:

*Caso se esperasse a resposta para questões essenciais filosoficamente relevantes não diretamente da descrição do uso da palavra, mas sim do postulado de um consenso intersubjetivo de todos os virtuais participantes do*

<sup>13</sup>Entrevista com Karl-Otto Apel.Como escapar do blábláblá.

[http://br.geocities.com/paulo\\_w\\_designer/filosofia.htm](http://br.geocities.com/paulo_w_designer/filosofia.htm)

<sup>14</sup> Karl-Otto APEL, Transformação da filosofia II, p. 396.

<sup>15</sup>Marco Antônio Sousa ALVES, A prática argumentativa: precisamos de um ideal regulativo capaz de distinguir uma justificação real de uma ideal?IN: Cognitio, São Paulo:Volume 3 Número 1, Janeiro/Junho 2006

*jogo de linguagem quanto à regra ideal do uso da palavra – postulado normativo, presente a propósito em todo e qualquer uso de palavra. Ou seja, se é preciso que uma definição filosoficamente relevante (isto é, não-arbitrária) possa ser vinculada de forma inteligível ao uso da palavra subsistente (na linguagem corrente ou na linguagem culta-filosófica), então ela também é exortada a incluir o novo estado da experiência e da discussão especializadas, e a antecipar, no âmbito de um determinado jogo de linguagem, a estrutura do jogo de linguagem ideal que todos os seres racionais pudessem e devessem jogar.*<sup>16</sup>

No entanto, o próprio Apel faz uma síntese do seu pensamento quando diz:

*A meu ver, o que importa em uma reconstrução conseqüente da filosofia transcendental à luz do conceito transcendental-hermenêutico de linguagem é a substituição do ponto mais alto da epistemologia kantiana, isto é, da síntese transcendental da apercepção enquanto unidade de consciência objetual, pela síntese transcendental da interpretação mediatizada pela linguagem – constituinte da validação pública da cognição – enquanto unidade do acordo mútuo quanto a alguma coisa em uma comunidade de comunicação. Com isso, em lugar da consciência em geral, suposta metafisicamente por Kant, e que garante desde o início a validação intersubjetiva da cognição, surge o princípio regulador da formação crítica de consensos em uma comunidade ideal de comunicação, que só pode ser construída na comunidade comunicacional real.*<sup>17</sup>

## Considerações Finais

Para finalizar, nada melhor do que se explicitar, em linhas gerais, as implicações decorrentes da filosofia de Apel que são: (i) a distinção entre a filosofia apeliana da ontologia clássica e do transcendentalismo moderno, embora, igual a estas, ela defenda a fundamentação última; (ii) a superação da divisão entre filosofia teórica e prática.

Assim, quanto à primeira implicação, cumpre aqui ressaltar que refutar a metafísica tradicional não significa refutar o seu caráter de fundamentação e:

*Já se evidencia que uma transformação transcendental-hermenêutica da prima philosophia logra superar a diferenciação precípua entre a ontologia clássica e a moderna filosofia da consciência, sem abrir mão do anseio cognitivo-crítico dessa última; mais do que isto, esse anseio é transformado pelo anseio de uma crítica de sentido que toma como ponto de partida o fato de uma dúvida cognitivo-crítica jamais poder ameaçar a consistência semântico-pragmática do jogo de linguagem.*<sup>18</sup>

Quanto à segunda implicação, Apel afirma:

---

<sup>16</sup> Karl-Otto APEL, transformação da filosofia II, p. 396.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 402.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 404.



*A superação da diferença entre filosofia teórica e prática. De um lado, essa superação consiste em que as ações concretas do acordo mútuo em meio à comunidade de comunicação dos cientistas, explicadas como atos de fala, venham substituir as ações do intelecto no sentido da consciência kantiana em geral (...).o processo do conhecimento científico, enquanto processo de comunicação ilimitado, já pressupõe uma ética mínima. Isto vale igualmente para a filosofia teórica, já que também ela está ligada ao discurso de uma comunidade argumentativa e a meu ver pode-se até mesmo demonstrar que a tomada reflexiva de consciência quanto à norma moral básica, pressuposta na comunidade dos argumentantes, oferece afinal a única possibilidade de uma fundamentação racional última da ética.<sup>19</sup>*

Neste sentido, a filosofia apeliana tenta buscar a unidade da razão teórica e prática, isto é, superar os dualismos kantianos. Portanto, a pragmática transcendental apeliana reside em uma transformação do eu kantiano sem, contudo, refutar o aspecto transcendental de tal filosofia. Desta forma, Apel nega a separação operada por Kant entre razão teórica e prática, passando, assim, o conhecimento a ser uma relação intersubjetiva argumentativa, onde a distinção sujeito/objeto e a apercepção transcendental (o eu penso) é transposta para a intersubjetividade.

No entanto, o caráter transcendental na filosofia de Apel consiste, basicamente, em este conceber uma comunidade ideal de argumentadores que pressupõem a comunidade real de comunicação.

Apel é um cognitivista e acredita que as questões morais podem ser fundamentadas racionalmente e na sua filosofia:

*Tanto na busca pelo conhecimento quanto na ética, os participantes da comunicação estabelecem relações intersubjetivas visando um acordo obedecendo regras que valem para todos. Seja na Ética ou no conhecimento, todos têm o mesmo direito de postular pretensões de validade sobre o mundo objetivo ou sobre questões normativas. Com isto, fica claro que a tarefa de fundamentação na filosofia implica num exercício de reconstrução das condições necessárias de argumentação. Observar essas condições implica agir de acordo com certas condições lógicas e morais, isto é, com sentido. A ética de Apel é construída tentando ir além do Kant.<sup>20</sup>*

### Referência Bibliográfica:

- ALVES, Marco Antônio Sousa. *A prática argumentativa: precisamos de um ideal regulativo capaz de distinguir uma justificação real de uma ideal?* IN: Cognition, Volume 3 Número 1, São Paulo, Janeiro/Junho 2006
- APEL. *Fundamentação última não-metafísica*. IN: Ernildo STEIN & Luis A. de
- BONI. Festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 305.
- APEL, Karl-Otto. *Transformação da filosofia II*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 405.

<sup>20</sup> E. M. CENCI. A Reflexão ética de Karl Otto Apel. In: José Maurício de Carvalho. (Org.). Problemas e Teorias da Ética Contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, v. 01, p. 320.

- CENCI, E. M. *A Reflexão ética de Karl Otto Apel*. In: José Maurício de Carvalho. (Org.). *Problemas e Teorias da Ética Contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, v. 01, p. 320.
- Entrevista com Karl-OttoApel. *Como escapar do blábláblá*. [http://br.geocities.com/paulo\\_w\\_designer/filosofia.htm](http://br.geocities.com/paulo_w_designer/filosofia.htm)
- <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaral-campelo-otto-apel-2.html>
- GRADIM, Anabela. *Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce*. <http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/>
- LLANO, Alejandro. *Filosofia transcendental y filosofia analítica: transformação de la metafísica*. IN: *Anuario filosófico*, Vol. 11, Nº 1, 1978 , p.89-122.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Reviravolta lingüístico pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 1986
- RÖD, Wolfgang. *El problema de la metafísica en la filosofía analítica actual*. IN: *Anuario Filosófico*, (9), 1976, p. 379 - 396.